

## Resumo de Convênio

Referência

06/10/2020

**Registro =>** 11261  
**Entidade =>** 50/064  
AGÊNCIA ESTADUAL CONSELHO SUPERIOR DE PESQUISAS CIENTÍFICAS

**Objetivo :** Estabelecer diretrizes gerais para a cooperação entre as partes, a fim de promover a colaboração entre seus cientistas e grupos de pesquisa, nas áreas científicas e tecnológicas nas quais ambos têm um claro interesse

-----  
**Órgão Gestor :** 367 - INT - Secretaria de Assuntos Internacionais  
**Gestor :** 1038176 - JOÃO HENRIQUE DA SILVA REGO  
**Gestor Subst.:** 1035720 - CLAUDIO HENRIQUE DE ALMEIDA FEITOSA PEREIRA  
**Ato:** 176/2020 - 06/10/2020

-----  
**Instrumento :** 3 - Acordo de Cooperação  
**Natureza :** 6 - Cooperação Técnica, Intercâmbio  
**Esfera Admin. :** 5 - Internacional

-----  
**Data Assinatura:** 23/07/2020 **Data Início :** 23/07/2020 **Data Término :** 23/07/2025

-----  
**Valor :** 0,00  
**Nro Processo :** 23106.011813/2020-02  
**Nro Processo Origem :**  
**Código SIAFI :**

-----1ª Publicação DOU-----

**Responsável:** FUB  
**Data :** 05/10/2020 **Número :** 191 **Página :** 86

-----  
**Contato :** Rosina López-Alonso Fandiño  
**Endereço :** Madri, Espanha

**Telefone :**

-----

**PROTOCOLO GERAL DE AÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (BRASIL) E O CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA ESTADUAL DE INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS, M.P., PARA PROMOVER A COLABORAÇÃO CIENTÍFICA ENTRE AMBAS AS ENTIDADES**

Madri, [data]

**INTERVEM**

A Universidade de Brasília, instituição federal de ensino superior, fundação pública, criada pela Lei nº 3.998, de 15/12/1961 e instituída pelo Decreto nº 500, de 15/01/1962, inscrita no CNPJ sob nº 00.038.174/0001-43, sediada no “Campus Universitário Darcy Ribeiro”, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília/DF, Brasil, neste ato, representada por sua Reitora, Prof. Márcia Abrahão Moura, brasileira, residente e domiciliada em Brasília, DF, portadora do CPF nº 334.590.531-00 e do RG nº 960490/DF, credenciada pelo Decreto Presidencial de 21 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de novembro de 2016, seção 2, pg.1, com a competência do respectivo Estatuto.

Por outro lado, o CONSELHO SUPERIOR DE INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS DA AGÊNCIA DO ESTADO, M.P. (CSIC), com sede institucional central em c/. Serrano, 117 - 28006 Madri e com NIF Q2818002D. Organização Pública de Pesquisa representada para este ato de assinatura pela Prof. ROSINA LÓPEZ-ALONSO FANDIÑO, Vice-Presidente de Organização e Relações Institucionais, que atua no exercício da competência delegada pela Presidência da CSIC na resolução de 20 de abril de 2017 (BOE 23 -5-2017).

Ambos os representantes declaram que estão devidamente autorizados a assinar o presente protocolo geral de ação, para o qual

**EXPÕEM**

I - Que a Universidade de Brasília (UnB) é uma instituição brasileira de fundação pública criada pela Lei nº 3.998, de 15/12/61, e instituída pelo Decreto nº 500, de 15/01/62.

II.- Que o CSIC, em conformidade com o artigo 47 da Lei 14/2011, de 1º de junho, sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (“Lei da Ciência”), é um órgão público de pesquisa ( IPO) atualmente constituído como Agência Estatal e vinculado ao Ministério da Ciência, Inovação e

Universidades por meio da Secretaria-Geral de Coordenação de Políticas Científicas, que visa promover, coordenar, desenvolver e disseminar pesquisas científicas e tecnológicas, de natureza multidisciplinar, a fim de contribuir para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como para a formação de pessoal e assessoria a entidades públicas e privadas nesta área.

A UnB e CSIC podem ser referidos conjuntamente como “as partes” e individualmente como “a parte”.

III.- Que o exposto acima e as partes concordem em realizar atividades conjuntas, desde que compartilhem seu interesse na promoção do conhecimento, assinam o presente protocolo geral de ação, de acordo com o seguinte

## CLÁUSULAS

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO

O objetivo deste documento é estabelecer diretrizes gerais para a cooperação entre as partes, a fim de promover a colaboração entre seus cientistas e grupos de pesquisa, nas áreas científicas e tecnológicas nas quais ambos têm um claro interesse.

### CLÁUSULA SEGUNDA - FORMAS DE COLABORAÇÃO

As partes se apoiarão na organização e estabelecimento de atividades científicas em um contexto bilateral e recíproco, através das seguintes modalidades e formas de ação:

- Desenvolver projetos de pesquisa científica e tecnológica;
- Organizar em conjunto cursos, conferências, congressos, simpósios e programas de treinamento;
- Trocar informações científicas e tecnológicas;
- Fortalecer a cooperação científica e tecnológica entre as duas instituições por meio da publicação (artigos científicos, antologias, monografias, livros especializados, entre outros);
- Colaborar e participar do desenvolvimento e implementação de programas acadêmicos de graduação e pós-graduação em disciplinas de interesse comum;
- Receber professores e pesquisadores em estadias acadêmicas ou de pesquisa por períodos inferiores a um ano ou durante estadias sabáticas;

- Desenvolver o intercâmbio e a mobilidade de estudantes e equipe de pesquisa em treinamento para o desenvolvimento de estadias de pesquisa e práticas profissionais;
- Desenvolver propostas de pesquisa básica e/ou aplicada para apresentar às organizações patrocinadoras;
- Qualquer outra iniciativa que as partes, no âmbito de seus próprios poderes e de acordo com os objetivos deste protocolo, considerem de interesse mútuo.

As duas instituições devem trabalhar para obter reciprocidade nas atividades cobertas por este protocolo geral.

### CLÁUSULA TERCEIRA - INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS JURÍDICOS ESPECÍFICOS

As partes concordam que a realização das ações/atividades/projetos que derivam deste protocolo geral de ação será previamente acordada por elas em cada caso específico e será precedida pela preparação e assinatura do acordo ou instrumento jurídico apropriado, ou do tratamento do procedimento administrativo obrigatório.

Os instrumentos específicos, se necessário, descreverão com precisão os detalhes e o programa de trabalho a ser executado por cada parte e regulamentarão, dependendo do objeto da mesma em particular e conforme apropriado, os seguintes aspectos:

- As atividades / ações a serem realizadas e a responsabilidade de cada uma das partes nelas;
- O tipo, duração e orçamento de cada atividade;
- A definição de fontes de financiamento;
- O pessoal envolvido, instalações e equipamentos a serem utilizados por cada uma das partes;
- O calendário de trabalho;
- Procedimentos administrativos e tomada de decisão para a implementação de iniciativas conjuntas;
- O tratamento e a regulamentação do domínio e dos direitos relacionados à propriedade intelectual e industrial dos resultados da investigação que possam ser gerados no âmbito do convênio, acordo ou, em geral, instrumento jurídico específico, do conhecimento prévio das partes, da faculdade de usar os resultados para fins de pesquisa e ensino por um e outro, bem como a divulgação e publicação dos resultados;
- Da mesma forma, tudo o que é necessário para determinar exatamente os propósitos e o escopo

de cada um dos instrumentos e procedimentos específicos mencionados, que serão os meios operacionais para o desenvolvimento deste protocolo geral de ação.

As partes podem concordar em conjunto com as regras específicas sobre propriedade intelectual (incluindo propriedade industrial e direitos autorais) que desejam implementar em cada projeto de pesquisa, atividade ou serviço, programa ou atividade acadêmica, estabelecidas em cada instrumento jurídico específico.

No desenvolvimento de programas de trabalho, ambas as partes respeitarão os regulamentos em vigor e aplicáveis a cada um deles.

#### CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS HUMANOS E PROTEÇÃO DE DADOS

Salvo indicação em contrário nos instrumentos específicos que podem ser formalizados, as partes expressam sua aceitação dos pontos expressos nos seguintes parágrafos:

O pessoal (incluindo o pessoal de pesquisa em treinamento e / ou estudantes), pesquisadores, professores, técnicos, representantes ou similares (doravante todos denominados "funcionários") de cada uma das partes designadas para a execução conjunta de qualquer ação por ocasião da execução deste protocolo geral ou dos instrumentos específicos que subscrevem a proteção e o desenvolvimento do mesmo, continuará em forma absoluta sob a direção e dependência orgânicas da parte com a qual estabeleceu seu trabalho, relacionamento oficial, estatutário ou profissional, portanto não haverá tal relacionamento com a outra parte e, em nenhum caso, esse empregador poderá ser considerado como substituto e, portanto, cada um deles assumirá as responsabilidades que correspondem a esse relacionamento (embora isso não impeça o exercício, pelo investigador principal, do gerenciamento funcional necessário para pela boa execução de projetos de pesquisa conjuntos ou com a participação de ambas as partes).

As partes não serão responsáveis por qualquer contingência ou perda que não tenha sua causa em eventos atribuíveis ao seu próprio pessoal e que possam eventualmente surgir durante a execução conjunta de qualquer ação por ocasião da execução deste protocolo geral ou dos instrumentos a ele eles derivam, portanto, recusando qualquer responsabilidade em relação a danos que possam ser sofridos em suas pessoas ou causar a terceiros ou outras coisas, o pessoal da outra parte.

Da mesma forma, no caso de intercâmbio de recursos humanos, o pessoal de cada uma das partes designadas na ocasião da execução conjunta das atividades previstas nas modalidades e formas de ação mencionadas neste protocolo e/ou em quaisquer instrumentos legais específicos que subscrevam para esse efeito estarão sujeitos aos regulamentos em vigor a qualquer momento aplicáveis na instituição anfitriã; em particular, em relação às regras sobre proteção de dados, disciplina, conduta, horário de trabalho, saúde, prevenção de riscos ocupacionais e segurança e saúde ocupacional. Além disso, ao chegar à instituição anfitriã, o pessoal deslocado ou que tiver que realizar temporariamente seu trabalho assinará o correspondente acordo de

confidencialidade e uma declaração na qual reconhecerá que não possui o vínculo legal de dependência da referida entidade anfitriã.

As Partes garantirão que seu Pessoal e / ou Estudantes cumpram os regulamentos em vigor no país da instituição anfitriã. Em particular, as Partes garantirão que seu Pessoal e / ou Estudantes cumpram os requisitos de imigração do país da instituição anfitriã e que tenham contratado os seguintes seguros antes da estadia:

- Um seguro de responsabilidade civil que cobre ações pessoais que podem causar perdas ou danos ao pessoal da instituição anfitriã ou a terceiros durante sua permanência na instituição anfitriã;
- Seguro médico e seguro contra acidentes.

Acidentes ou doenças (profissionais ou não) que possam ser afetados por pessoas deslocadas de qualquer das partes durante a estadia na instituição anfitriã, incluindo, em particular e sem limitação, viagens no local (entre sua casa e a instituição anfitriã), devem estar previamente cobertos por um seguro assinado no país de origem ou residência. Esse seguro deve cobrir, em particular, as seguintes contingências: riscos de acidente no local de trabalho, riscos ocupacionais, doenças (profissionais ou não), morte ou repatriamento.

O custo de qualquer seguro exigido aqui, incluindo o de responsabilidade civil de pessoas deslocadas, bem como, em particular e não limitado a despesas médicas, cirúrgicas ou de repatriamento não cobertas por esse seguro, será de responsabilidade do próprio pessoal deslocado.

O processamento de dados do pessoal deslocado e, em geral, todos os assuntos relacionados à proteção de dados pessoais, será realizado de acordo com a Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, sobre Proteção de Dados Pessoais e garantia dos direitos digitais, bem como o Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho (regulamento geral sobre proteção de dados).

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FINANCIAMENTO

Este protocolo geral de ação não implicará em si qualquer obrigação financeira para as partes; consequentemente, cada uma delas será responsável por quaisquer despesas possíveis que possam ocorrer como resultado da assinatura e conformidade deste documento. Para esses fins, quaisquer despesas, incluindo despesas médicas, cirúrgicas, repatriação, salários, viagens, manutenção, seguros e similares serão determinadas de acordo com os critérios de cada parte, sendo de responsabilidade individual de cada uma das instituições signatárias.

Em conjunto ou separadamente, as partes buscarão ou administrarão perante outras instituições, agências governamentais e organizações nacionais e internacionais, obtendo os recursos

necessários para o desenvolvimento de programas relacionados a instrumentos específicos, caso tais recursos não possam ser contribuído pelas partes total ou parcialmente.

## CLÁUSULA SEXTA - PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

Ambas as partes respeitarão os direitos de propriedade intelectual e industrial de terceiros e individualmente os da outra parte.

No caso das Partes firmarem futuros Acordos Específicos de colaboração, nos mesmos se estabelecerão as normas que regerão o tema de direitos do autor e propriedade intelectual e industrial no âmbito dos Projetos e atividades realizadas conjuntamente pelas Partes e seu direito de uso dos resultados que estará sujeito a definição e acordo prévio a ser estabelecido, caso a caso, nos mesmos.

Em todo caso, cada Parte seguirá sendo proprietária dos conhecimentos prévios fornecidos no marco deste Acordo, estabelecendo este ponto nos Acordos específicos que possam ser formalizados no efeito. Se entende por conhecimentos prévios, em particular, a informação, o conhecimento, os métodos, as ferramentas, o software e/ou os direitos de propriedade industrial e intelectual fornecidos por cada uma das Partes, anteriores a assinatura do presente Acordo e/ou dos respectivos Acordos específicos.

O conhecimento prévio de cada parte será considerado informação confidencial e, portanto, será incluído nos requisitos de propriedade industrial e intelectual que incluem este protocolo geral de ação e os estabelecidos nos instrumentos legais assinados em seu desenvolvimento.

## CLÁUSULA SÉTIMA - COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Cada parte designará membros de sua equipe como responsáveis pelo monitoramento deste protocolo, que propondrá a assinatura dos instrumentos específicos correspondentes e tomará as decisões que procedem em torno da interpretação, aplicação e desenvolvimento deste protocolo geral de ação e dos instrumentos questões legais específicas dele derivadas, através de uma comissão de monitoramento e coordenação. Da mesma forma, as diferenças que possam surgir entre as partes, em relação a tudo o que diz respeito ao protocolo geral e seu desenvolvimento, serão resolvidas dentro do referido órgão colegiado, cuja operação interna, na ausência de regras próprias, será regida pelas disposições contidas em Artigos 15 a 22 (ambos inclusive) da Lei 40/2015, de 1º de outubro, sobre o Regime Jurídico do Setor Público.

Para esse fim, para a coordenação e o monitoramento das ações derivadas deste protocolo geral de ação, as partes designam as seguintes unidades e / ou vice-presidências :

- No CSIC: quem designa a vice-presidência de relações internacionais.

E-mail: vri@csic.es, número de telefone: +34 915680077.  
Endereço: Calle Serrano, 117, 28006 Madrid

· Em UnB: JOÃO HENRIQUE DA SILVA RÊGO

E-mail: JHENRIQUEREGO@UNB.BR; número de telefone: +55 61 3107-5550.

Endereço: Faculdade de Tecnologia Departamento de Engenharia Civil e Ambiental - ENC -  
Universidade de Brasília – UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, DF, CEP  
70910-900 – Brasil.

As partes podem delegar a participação nas reuniões do comitê e, a qualquer momento, modificar as pessoas e / ou unidades aqui estabelecidas, notificando a outra parte neste último caso.

#### CLÁUSULA OITAVA – CONFIDENCIALIDADE

Quaisquer informações trocadas entre as partes de acordo com os termos deste protocolo ou com os instrumentos específicos assinados serão consideradas confidenciais e não poderão ser divulgadas a terceiros sem o consentimento prévio por escrito da outra parte

A confidencialidade não se aplicará quando:

- A parte receptora pode demonstrar que sabia anteriormente as informações recebidas.
- As informações recebidas são ou se tornam de domínio público.
- A parte receptora obtém autorização prévia por escrito para sua divulgação ou as informações são requeridas judicialmente ou por ordem de autoridade administrativa ou governamental.
- Ser legalmente recebido de terceiros.
- Foi gerado de forma independente e de boa-fé pelos membros da sua instituição sem nenhuma conexão com as informações confidenciais.

Ambas as partes tomarão todas as medidas necessárias para todo o pessoal participante ou relacionado a este protocolo geral, bem como os instrumentos específicos assinados em seu desenvolvimento, para conhecer e observar a confidencialidade regulada nesta cláusula.

Estes termos de confidencialidade permanecerão por um período de 5 anos, a partir do término deste protocolo geral de ação.

#### CLÁUSULA NONA – ADENDOS



Qualquer modificação deste protocolo deve ser estabelecida através de um adendo assinado pelas partes intervenientes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - VALIDADE E RESCISÃO

O presente Memorando vigorará por 05 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido, por qualquer das partes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

O presente Memorando pode ser renovado por até dois (2) períodos de igual duração por meio de uma notificação por escrito de uma das partes e uma aceitação escrita pela outra.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, as atividades acordadas pelas partes como resultado da assinatura e assinatura dos instrumentos específicos correspondentes e que estão sendo realizadas no momento da notificação da reclamação continuarão sendo realizadas de acordo com as previsões assinadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORÇA MAIOR

As partes não serão responsáveis por danos causados por força maior ou eventos fortuitos, que poderiam impedir a continuação deste protocolo geral e/ou dos instrumentos específicos. Terminada a causa de força maior ou evento fortuito, as atividades podem ser retomadas da maneira e nos termos determinados pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – NOTIFICAÇÕES

Qualquer notificação ou comunicação de natureza oficial que deva ser feita entre as partes na ocasião deste protocolo geral será feita por escrito e será enviada por correio certificado com aviso de recebimento ou por qualquer outro procedimento que comprove seu recebimento nos endereços declarados pelas partes. A data da notificação será o recebimento do documento escrito, atestando a confirmação do recebimento.


As partes podem alterar seu endereço para notificações, notificando a outra parte por escrito, para os endereços já declarados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - NATUREZA, PERSONAGEM E ÂMBITO DO PRESENTE DOCUMENTO**

Este documento tem caráter administrativo e tem caráter de protocolo geral de ação previsto na Lei 40/2015, de 1º de outubro, sobre o Regime Jurídico do Setor Público (art. 47.1 - parágrafo 2). Portanto, carece da consideração de um acordo para os fins impedidos pela referida norma legal e representa uma declaração de intenções sem força legal coercitiva entre as partes, que, no entanto, o subscreve sob o princípio da boa-fé e com a firme vontade de cumprir o que suas cláusulas expressam.

Depois de ler o presente instrumento, conhecer as partes do conteúdo e o escopo de cada uma de suas cláusulas e indicar que em sua celebração não existe intenção, má-fé ou qualquer outro motivo que justifique o seu consentimento, eles assinam em duplicata no local e data indicado.

Pela Universidade de Brasília

  
Márcia Abrahão Moura  
Reitora  
Local:  
Data:



CONSELHO SUPERIOR DE PESQUISA  
CIENTÍFICA DA AGÊNCIA DO ESTADO  
(CSIC),

M. P.: LOPEZ-ALONSO  
FANDIÑO ROSINA -  
32770054E

Firmado digitalmente por LOPEZ-  
ALONSO FANDIÑO ROSINA -  
32770054E  
Fecha: 2020.07.23 12:59:58 +02'00'

[signatário] Prof Rosina López-Alonso Fandiño  
Vice-Presidente de Organização e Relações  
Institucionais  
Local: Madrid  
Data:



**PROTOCOLO GENERAL DE ACTUACIÓN ENTRE LA UNIVERSIDAD DE BRASILIA Y LA AGENCIA ESTATAL CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, M.P., PARA PROMOVER LA COLABORACIÓN CIENTÍFICA ENTRE AMBAS ENTIDADES**

En Madrid, a [fecha]

**INTERVIENEN**

La Universidade de Brasilia, institución federal de enseñanza superior, fundación pública creada por la Ley nº 3.998, de 15/12/61 e instituida por el Decreto nº 500, de 15/01/62, inscrita en el CNPJ bajo el número 00.038.174/0001-43, con sede en el Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasilia-DF, Brasil, representada en este acto por su Rectora, Prof. Márcia Abrahão Moura, brasileña, residente y domiciliada en Brasília- DF, titular del CPF n.º 334.590.531-00 y del Documento de Identidad n.º 960490/DF, acreditada por el Decreto presidencial de 21 de noviembre de 2016, publicado en el DOU de 22 de noviembre de 2016, sec. 2, pg.1 con la competencia constante del respectivo Estatuto.

Y de otra, la AGENCIA ESTATAL CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, M.P. (CSIC), con sede institucional central en c/. Serrano, 117 – 28006 Madrid, y con NIF Q2818002D. Organismo Público de Investigación representado para este acto de firma por Prof. ROSINA LÓPEZ-ALONSO FANDIÑO, vicepresidenta de Organización y Relaciones Institucionales, que actúa en ejercicio de la competencia delegada por la presidencia del CSIC en resolución de 20 de abril de 2017 (BOE 23-5-2017).

Ambos representantes declaran hallarse debidamente facultados para suscribir el presente protocolo general de actuación, a cuyo efecto

**EXPONEN**

I.-Que Universidad de Brasilia (UnB) es una institución brasileña en fundación pública creada por la Ley nº 3.998, de 15/12/61 e instituida por el Decreto nº 500, de 15/01/62.

II.-Que el CSIC, de conformidad con el artículo 47 de la Ley 14/2011, de 1 de junio, de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación (“Ley de la Ciencia”), es un organismo público de investigación (OPI) constituido actualmente como Agencia Estatal y adscrito al Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades a través de la Secretaría General de Coordinación de Política Científica, que tiene como objeto el fomento, la coordinación, el desarrollo y la difusión de la investigación científica y tecnológica, de carácter multidisciplinar, con el fin de contribuir al avance del conocimiento y al desarrollo económico, social y cultural, así como a la formación de personal y al asesoramiento a entidades públicas y privadas en esta materia.

La UnB y CSIC podrán ser denominadas conjuntamente como “las partes” e individualmente como “la parte”.

III.- Que expuesto lo anterior y estando de acuerdo las partes en realizar actividades conjuntas, habida cuenta de que comparten su interés en la promoción del conocimiento, suscriben el presente protocolo general de actuación con arreglo a las siguientes

## CLÁUSULAS

### CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El objeto de este documento es establecer las pautas generales de cooperación entre las partes, con la finalidad de promover la colaboración entre sus científicos y grupos de investigación, dentro de aquellas áreas científicas y tecnológicas en las que ambas tengan interés manifiesto.

### CLÁUSULA SEGUNDA - FORMAS DE COLABORACIÓN

Las partes se apoyarán mutuamente en la organización y establecimiento de las actividades científicas en un contexto bilateral y recíproco, mediante las modalidades y fórmulas de actuación siguientes:

- Desarrollar proyectos de investigación científica y tecnológica.
- Organizar en forma conjunta cursos, conferencias, congresos, simposio, y programas de formación.
- Intercambiar información científica y tecnológica.
- Fortalecer la cooperación científica y tecnológica entre ambas instituciones a través de la realización de coediciones (artículos científicos, antologías, monografías, libros especializados, entre otros).
- Colaborar y participar en el desarrollo y realización de programas académicos de grado y posgrado en las disciplinas de interés común.
- Recibir a profesores e investigadores en estancias académicas o de investigación por periodos menores a un año o en estancias sabáticas.
- Desarrollar el intercambio y la movilidad de estudiantes y personal investigador en formación para el desarrollo de estancias de investigación y prácticas profesionales.
- Desarrollar propuestas de investigación básica y/o aplicada para presentarlas ante organismos patrocinadores.
- Cualquier otra iniciativa que las partes, en el marco de sus propias competencias y de acuerdo con los objetivos de este protocolo, consideren de interés mutuo.

Las dos instituciones deberán trabajar para obtener reciprocidad en las actividades cubiertas por el presente protocolo general.

### CLÁUSULA TERCERA - INSTRUMENTOS Y PROCEDIMIENTOS JURÍDICOS ESPECÍFICOS

Las partes coinciden en que la realización de las acciones/actividades/proyectos que se deriven de este protocolo general de actuación serán previamente acordadas por ellas en cada caso

concreto y vendrán precedidas por la elaboración y firma del convenio o instrumento jurídico oportuno, o de la tramitación del procedimiento administrativo preceptivo.

Los instrumentos específicos, si resultara necesario, describirán con toda precisión los detalles y el programa de trabajo a realizar por cada parte, y regularán, en función del objeto del mismo en particular y según corresponda, los siguientes aspectos:

- Las actividades/acciones a desarrollar y la responsabilidad de cada una de las partes en las mismas.
- El tipo, la duración y el presupuesto para cada actividad.
- La definición de las fuentes de financiación.
- El personal involucrado, instalaciones y equipos a utilizar por cada una de las partes,
- El calendario de trabajo.
- Los procedimientos administrativos y la toma de decisiones para la aplicación de las iniciativas conjuntas.
- El tratamiento y regulación del dominio y derechos relativos a la propiedad intelectual e industrial de los resultados de la investigación que puedan generarse en el marco del convenio, acuerdo o, en general, instrumento jurídico específico, de los conocimientos previos de las partes, de la facultad de uso de los resultados para fines de investigación y docencia por una y otra, así como de la difusión y la publicación de los resultados.
- Asimismo, todo lo necesario para determinar con exactitud los fines y alcances de cada uno de dichos instrumentos y procedimientos específicos, que serán los medios operativos para el desarrollo del presente protocolo general de actuación.

Las partes podrán pactar de común acuerdo las reglas específicas en materia de propiedad intelectual (incluida la propiedad industrial y los derechos de autor) que quieran implantar en cada proyecto de investigación, actividad o servicio, programa o actividad académica, que se establezca en cada respectivo instrumento jurídico concreto.

En el desarrollo de los programas de trabajo, ambas partes respetarán la normativa vigente y aplicable a cada una de ellas.

#### **CLÁUSULA CUARTA - RECURSOS HUMANOS Y PROTECCIÓN DE DATOS**

Salvo que se indique lo contrario en los instrumentos específicos que en su caso se formalicen, las partes manifiestan su aceptación de los puntos expresados en los siguientes párrafos:

El personal (incluido personal investigador en formación y/o estudiantes), investigadores, profesores, técnicos, representantes o similares (en adelante todos ellos denominados "el personal") de cada una de las partes que sea designado para la realización conjunta de cualquier acción con motivo de la ejecución del presente protocolo general o de los instrumentos específicos que se suscriban al amparo y en desarrollo del mismo, continuará en forma absoluta bajo la dirección y la dependencia orgánicas de la parte con la cual tenga establecida su relación laboral, funcional, estatutaria o profesional, por lo que no existirá en tal sentido relación alguna para con la otra parte, y en ningún caso podrá considerarse a ésta empleador sustituto y, por lo tanto, cada una de ellas asumirá las responsabilidades que por dicha relación le corresponda (si bien ello no obstará al ejercicio, por parte del investigador principal, de la

dirección funcional que sea necesaria para la buena ejecución de los proyectos de investigación conjuntos o participados por ambas partes).

Las partes no serán responsables de ninguna contingencia o siniestro que no tenga su causa en hechos imputables a su propio personal y que eventualmente pudiera surgir durante la realización conjunta de cualquier acción con motivo de la ejecución del presente protocolo general o de los instrumentos que del mismo deriven, declinando, pues, cualquier responsabilidad respecto a daños y perjuicios que pudieran sufrir en sus personas, o causar a terceros o a cosas, el personal de la otra parte.

Asimismo, en caso de intercambio de recursos humanos, el personal de cada una de las partes que sea designado con motivo de la realización conjunta de las actividades previstas en las modalidades y fórmulas de actuación a que se refiere el presente protocolo y/o en los eventuales instrumentos jurídicos específicos que se suscriban al efecto, estará sujeto a la normativa vigente en cada momento que resulte de aplicación en la institución de acogida; en particular, en lo relativo a las normas en materia de protección datos, disciplina, conducta, horario laboral, salud, prevención de riesgos laborales y seguridad e higiene en el trabajo. Además, a su llegada a la institución de acogida, el personal desplazado o que haya de realizar en la misma temporalmente su labor firmará el correspondiente acuerdo de confidencialidad y una declaración en la que reconozca que carece de vínculo jurídico de dependencia de dicha entidad de acogida.

Las Partes se asegurarán de que su Personal y/o Estudiantes cumplan con la normativa en vigor del país de la institución de acogida. En particular, las Partes se asegurarán de que su Personal y/o Estudiantes cumplan con los requisitos de inmigración del país de la institución de acogida y que han contratado, con carácter previo a su estancia los siguientes seguros:

- Un seguro de responsabilidad civil que cubra las acciones personales que pudieran causar pérdida o daños al personal de la institución de acogida o a terceras partes durante su estancia en la institución de acogida.
- Un seguro médico y un seguro de accidentes.

Los accidentes o enfermedades (profesionales o no) que pueda sufrir el personal desplazado de cualesquiera de las partes durante su estancia en la institución de acogida, incluyendo, en particular y sin limitación, los desplazamientos *in itinere* (entre su vivienda y la institución de acogida), habrán de estar, con carácter previo, cubiertos por un seguro suscrito en su país de origen o en el de residencia. Dicho seguro deberá cubrir, en particular, las contingencias siguientes: riesgos de accidente en lugar de trabajo, riesgos profesionales, enfermedades (profesionales o no), muerte o repatriación.

El coste de cualquier seguro aquí requerido, incluido el de responsabilidad civil del personal desplazado, así como, en particular y no limitado a, los gastos médicos, quirúrgicos o de repatriación no cubiertos por dichos seguros, serán responsabilidad del propio personal desplazado.

El tratamiento de datos del personal desplazado y, en general, todo lo concerniente a materia de protección de datos de carácter personal, se llevará a cabo de conformidad con la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos Personales y garantía de los

derechos digitales, así como con el Reglamento (UE) 2016/679, de 27 de abril, del Parlamento Europeo y del Consejo (Reglamento general de protección de datos).

#### **CLÁUSULA QUINTA - FINANCIACIÓN**

El presente protocolo general de actuación no implicará en sí mismo ninguna obligación financiera para las partes; por consiguiente, cada una de ellas será responsable de los eventuales gastos en que pudiera incurrir como consecuencia de la suscripción y cumplimiento de este documento. A estos efectos, cualesquiera gastos, incluso médicos, quirúrgicos, de repatriación, sueldos, viajes, manutención, seguros y similares serán determinados conforme a los criterios propios de cada parte, siendo responsabilidad individual de cada una de las instituciones firmantes.

De forma conjunta o separada, las partes buscarán o gestionarán ante otras instituciones, dependencias gubernamentales y organismos de carácter nacional e internacional, la obtención de los recursos necesarios para el desarrollo de los programas relativos a los instrumentos específicos, en caso de que dichos recursos no pudieran ser aportados por las partes total o parcialmente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PROPIEDAD INTELECTUAL E INDUSTRIAL**

Ambas partes respetarán los derechos de propiedad intelectual e industrial de terceros e individualmente los de la otra parte.

En caso de firmarse por las partes futuros instrumentos específicos en torno a la realización conjunta de proyectos y acciones de investigación, se establecerán las normas que regirán en materia de derechos de autor y de propiedad intelectual e industrial en el ámbito del objeto conjunto de que se trate y del derecho al uso de los resultados, que estará sujeto a definición y acuerdo previo a establecer, caso por caso, en los mismos.

De cualquier forma, cada parte seguirá siendo propietaria de los conocimientos previos aportados en el marco y desarrollo del presente protocolo, estableciéndose dicho punto en los instrumentos específicos que pudieran formalizarse al efecto. Se entiende por "conocimientos previos", en particular: la información, el conocimiento, los métodos, las herramientas, el software y/o los derechos de propiedad industrial e intelectual aportados por cada una de las partes, anteriores a la firma del presente documento y/o de los respectivos instrumentos específicos que eventualmente se suscriban a su amparo.

Los conocimientos previos de cada parte se considerarán información confidencial y quedarán por lo tanto incluidos dentro de las prescripciones correspondientes a propiedad industrial e intelectual que incluye el presente protocolo general de actuación y las que se establezcan en los instrumentos jurídicos que se firmen en su desarrollo.

#### **CLÁUSULA SÉPTIMA - COORDINACIÓN Y SEGUIMIENTO**

Cada parte designará a miembros de su personal como responsables del seguimiento de este protocolo, quienes propondrán la suscripción de los correspondientes instrumentos específicos y tomarán las decisiones que procedan en torno a la interpretación, aplicación y



desarrollo del presente protocolo general de actuación y de los instrumentos jurídicos específicos que del mismo deriven, a través de una comisión de seguimiento y coordinación. Asimismo, las diferencias que pudieran surgir entre las partes, relativas a todo lo que concierna al protocolo general y a su desarrollo se resolverán en el seno del citado órgano colegiado, cuyo funcionamiento interno, a falta de normas propias, se regirá por las disposiciones contenidas en los artículos 15 al 22 (ambos inclusive) de la Ley 40/2015, de 1 de octubre, de Régimen Jurídico del Sector Público.

A tal efecto, para la coordinación y seguimiento de las acciones derivadas del presente protocolo general de actuación, las partes designan a las unidades y/o vicepresidencias siguientes:

- En el CSIC: quien designe la Vicepresidencia de Relaciones Internacionales.  
Correo electrónico: vri@csic.es, número de teléfono: +34 915680077.  
Dirección: calle Serrano, 117, 28006 Madrid.  
En La UnB: JOÃO HENRIQUE DA SILVA RÊGO  
Correo electrónico: JHENRIQUEREGO@UNB.BR ; número de teléfono: +55 61 3107-5550.  
Dirección: Faculdade de Tecnologia Departamento de Engenharia Civil e Ambiental - ENC - Universidade de Brasília – UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, DF, CEP 70910-900 – Brasil.

Las partes podrán delegar la asistencia a reuniones de la comisión, y en cualquier momento modificar las personas y/o unidades aquí establecidas notificándolo, en este último caso, a la otra parte.

### **CLÁUSULA OCTAVA – CONFIDENCIALIDAD**

Toda información intercambiada entre las partes según los términos de este protocolo o de los instrumentos específicos que se suscriban, se considerará confidencial y no podrá divulgarse a terceros sin el consentimiento previo por escrito de la otra parte.

La confidencialidad no será de aplicación cuando:

- La parte receptora pueda demostrar que conocía previamente la información recibida.
- La información recibida sea o pase a ser de dominio público.
- La parte receptora obtenga autorización previa y por escrito para su revelación, o la información sea requerida judicialmente o por orden de autoridad administrativa o gubernamental.
- Sea recibida de manera lícita de un tercero.
- Se haya generado de forma independiente y de buena fe por los miembros de su institución sin ninguna conexión con la información confidencial.

Ambas partes tomarán cuantas medidas sean necesarias para que todo el personal participante o relacionado con presente protocolo general, así como con los instrumentos específicos que en su desarrollo se suscriban, conozca y observe la confidencialidad regulada en esta cláusula.

Estos términos sobre la confidencialidad subsistirán durante un plazo de 5 años, a partir de la terminación del presente protocolo general de actuación.

#### **CLÁUSULA NOVENA - ADENDAS**

Cualquier modificación del presente protocolo habrá de establecerse a través de adenda firmada por las partes intervinientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - VIGENCIA Y TERMINACIÓN**

El presente Protocolo General de Actuación tendrá vigencia por 05 (cinco) años a partir de la fecha de su firma, pudiendo ser rescindido, por cualquiera de las partes, mediante notificación, por escrito, con antecedencia mínima de 60 (sesenta) días.

El presente Protocolo General de Actuación podrá renovarse por dos (2) períodos de igual duración por medio de una manifestación por escrito de una de las partes y la aceptación por escrito de la otra.

Sin perjuicio de lo establecido en el párrafo precedente, las actividades que hayan sido acordadas por las partes como consecuencia de la suscripción y firma de los correspondientes instrumentos específicos y que se estén llevando a cabo en el momento de la notificación de denuncia continuarán realizándose conforme a las previsiones firmadas.

#### **CLÁUSULA UNDÉCIMA - FUERZA MAYOR**

Las partes no tendrán responsabilidad por daños y perjuicios ocasionados por causas de fuerza mayor o caso fortuito, que pudieran impedir la continuación del presente protocolo general y/o de los instrumentos específicos. Una vez superada la causa de fuerza mayor o caso fortuito podrán reanudarse las actividades en la forma y términos que determinen las partes.

#### **CLÁUSULA DUODÉCIMA - NOTIFICACIONES**

Cualquier notificación o comunicación de carácter oficial que deba efectuarse entre las partes con motivo de este protocolo general se hará por escrito y se enviará por correo certificado con acuse de recibo o por cualquier otro procedimiento que acredite su recepción, en las direcciones declaradas por las partes. La fecha de notificación será la de recepción del escrito, dando fe de ello el acuse de recibo.


Las partes podrán cambiar su domicilio para notificaciones, notificándolo a la otra parte por escrito, a las direcciones ya declaradas.

**CLÁUSULA DECIMOTERCERA – NATURALEZA, CARÁCTER Y ALCANCE DE ESTE DOCUMENTO**

El presente documento tiene naturaleza administrativa y su carácter es el de los protocolos generales de actuación previstos en la Ley 40/2015, de 1 de octubre, de Régimen Jurídico del Sector Público (art. 47.1 – segundo párrafo). Por lo tanto, carece de la consideración de convenio a los efectos prevenidos por dicha norma legal y representa una declaración de intenciones sin fuerza jurídica coercitiva entre las partes, que no obstante lo suscriben bajo el principio de buena fe y con la firme voluntad de cumplir lo que sus cláusulas expresan.

Leído el presente instrumento, enteradas las partes del contenido y alcance de cada una de sus cláusulas e indicando que en su celebración no existe dolo, mala fe o cualquier otro motivo que vicie su consentimiento, lo firman por duplicado ejemplar en el lugar y la fecha indicados.

Por La Universidad de Brasilia



Márcia Abrahão Moura

Reitora  
Lugar: Brasília  
Fecha:



AGENCIA ESTATAL CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS (CSIC),

M. P. LOPEZ-ALONSO FANDIÑO  
ROSINA - 32770054E

Firmado digitalmente por LOPEZ-ALONSO FANDIÑO ROSINA - 32770054E  
Fecha: 2020.07.23 12:58:26 +02'00'

Prof. Rosina López-Alonso Fandiño

Vicepresidenta de Organización y Relaciones Institucionales  
Lugar: Madrid  
Fecha: